

NOTA CRÍTICA

Um acerto de contas com a História: o plebiscito de 25 de outubro de 2020 no Chile

Rejane Carolina Hoeveler*

Mural de Caiozamma, Santiago.

À memória dos lutadores sociais mortos e desaparecidos do passado e do presente.

“Há quanto tempo você está aqui esperando para votar?”, perguntou o repórter da emissora *Chilevisión* para uma cidadã chilena posicionada com o distanciamento e máscara em uma das muitas longas filas que se formaram nos colégios eleitorais de todo o país. “Trinta anos”, responde a mulher, aguardando pacientemente sua vez sob o escaldante sol que fazia naquele dia. A ironia contida na rápida resposta ilustra muito bem o significado do Plebiscito nacional realizado no Chile no dia 25 de outubro de 2020.

Há apenas um ano atrás, e durante todos os 30 anos que se seguiram ao fim da ditadura de Pinochet, era impensável que a Constituição legada pelos ordoliberais do general, Jaime Guzmán à frente, fosse enterrada junto com o primeiro experimento de constitucionalização do neoliberalismo (Ramírez, 2020). A Constituição de 1980 tem na proteção à propriedade privada e do livre mercado cláusulas pétreas; ademais, foi construída e redigida de modo a tornar virtualmente impossível a realização de reformas constitucionais para além de mudanças cosméticas (Lemaitre, 2013). Mesmo na esquerda, eram poucos aqueles que tinham na reivindicação de uma nova Constituição uma bandeira central, como o historiador comunista e professor da Universidad de Chile Sergio Grez Toso, organizador do *Foro por la Asamblea Constituyente* (Grez e Foro por la Asamblea Constituyente, 2015)¹.

* Doutora em História Social (UFF), professora da UFRJ (Serviço Social), membro do NIEP-Marx e colunista do portal Esquerda Online.

¹ Destacamos também: Grez, 2009, p.1-21. Uma análise atualizada do autor sobre o tema pode ser encontrada em: Humanidades TV, “Sergio Grez: Procesos constituyentes em Chile, antedecentes históricos y desafíos actuales”. Conversatorio Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad de Chile. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmLxXnPyjM>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

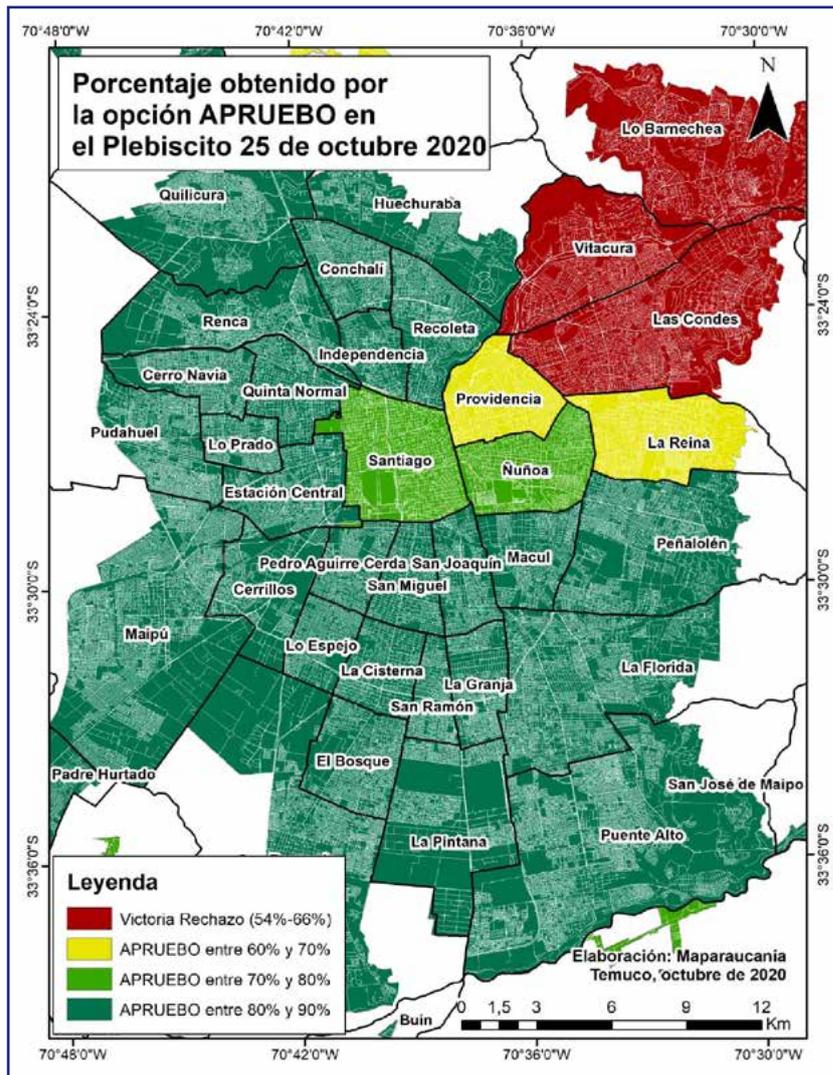


Entretanto, sabemos também que uma Carta Constitucional é essencialmente um retrato da correlação das forças políticas e sociais em determinado momento histórico. Em 1980, no auge da ditadura, obviamente não houve a possibilidade de qualquer participação popular na elaboração da Constituição, tendo havido apenas um *referendum* a posteriori, encharcado de todo tipo de fraude, pressão e ameaça, e no qual ainda assim uns 30% dos votantes votou contra. O famoso “para inglês ver”.

O que aconteceu para que a sociedade chilena esteja hoje à beira de entrar a Carta Magna, a exatos 40 anos depois do Plebiscito de 1980? A resposta é complexa, mas podemos sintetizá-la a partir de uma breve análise da brutal mudança da correlação de forças a partir do chamado *estallido* social de outubro de 2019, uma verdadeira insurreição popular nacionalmente espreada e que ainda segue seu imprevisível curso.

Na maior votação da história do país andino, em números absolutos e relativos, a despeito do medo a uma pandemia em descontrole, e apesar de certa confusão causada pela perniciosa formulação das duas questões contidas no Plebiscito²,

² Havia duas cédulas de votação: na primeira, a questão era se o Chile deveria ou não ter uma nova Constituição, com as opções *Apruebo* ou *Rechazo*; e separada e independentemente da resposta a essa primeira questão, estavam a questão “Que tipo de órgão deveria redatar a nova Constituição”, com duas opções: “Convenção Mista Constitucional”, integrada em partes iguais por membros eleitos pelo voto popular e parlamentares em exercício; ou Convenção Constitucional, integrada exclusivamente por membros eleitos popularmente.



a cidadania chilena manifestou sonoramente seu desejo de enterrar a Constituição de Pinochet. Os resultados alcançados pelo *Apruebo* à redação de uma nova Constituição atingiram quase 80%, cifra que surpreendeu até os mais otimistas analistas. Essa proporção de votos (80/20) foi praticamente idêntica na segunda consulta do Plebiscito, a qual versava sobre como deveria ser composto o órgão encarregado de escrever a nova Constituição. Aqui, de novo, a maioria esmagadora dos votos foi por uma convenção 100% diretamente eleita pelo povo, sem a participação de parlamentares em exercício de mandato³.

A divisão social que se revelou no Plebiscito não poderia ser mais transparente: de todas as comunas (bairros) do país, apenas em 5 ganhou o *Rechazo*: duas bases militares (uma na fronteira norte e outra na Antártica) e as três comunas mais ricas de Santiago, onde vivem as elites econômicas, políticas e midiáticas

³ Os resultados finais de ambas votações do plebiscito podem ser consultados no site do Servicio Electoral de Chile (SERVEL): <<http://www.servelecciones.cl/>>. Acessado em 09 de novembro de 2020.

amedrontadas pela iminente ameaça a seus históricos privilégios: *Las Condes*, *Vitacura* e *Lo Barnechea*. No mapa abaixo, elaborado pelo geógrafo Felipe Castro Gutiérrez/projeto Maparaucanía, viralizado nas redes sociais, é possível visualizar que quanto mais periféricos os bairros de Santiago, maiores as proporções de votos pelo *Apruebo*, e vice-versa⁴.

Do Estallido ao Plebiscito

Absolutamente ninguém poderia imaginar que uma ação direta de um grupo de jovens secundaristas (em sua maioria meninas) no metrô de Santiago pudesse desatar consequências de tamanhas proporções – fato que deixou desbaratinados os renitentes defensores do chamado “modelo chileno” (Castiglioni, 2019). Para aqueles analistas, entretanto, que observavam o descontentamento generalizado com a inexistência de direitos sociais ou de serviços públicos, as aposentadorias de fome das AFP⁵, a notável desigualdade social urbana e rural (com destaque para a questão da mobilidade urbana em Santiago); e acima de tudo a falta de perspectiva de uma juventude à qual foi prometido um irrealizável sonho meritocrático, entende-se porque os gritos daquelas secundaristas converteram-se em palavras-de-ordem de fundo anti-capitalistas, pelo fim do “modelo” e sua Constituição. “Nosso legado será apagar o seu legado” foi a frase grafitada sobre fotos de Pinochet por todo o país.

O estallido, de fato, não foi um raio em céu azul: sucessivas ondas de mobilização pelo menos desde 1998 e ao longo das duas primeiras décadas do século XXI pressionaram por reformas constitucionais afinal timidamente apresentadas pelos partidos da ordem que se revezaram no poder. Algumas foram realizadas, primeiro pelo governo de Ricardo Lagos (2000-2006), que retirou da Constituição a assinatura de Pinochet e colocou a sua própria; outras, um pouco mais avançadas, pela presidenta Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018) – entretanto, todas as mudanças constitucionais um pouco mais audaciosas foram todas bloqueadas pela oposição.

Dentre as mais conhecidas dessas mobilizações sociais, estão a chamada “revolta dos pinguins”, em 2006, a dos universitários em 2011, o movimento *No más AFP*, criado em 2016, e as ocupações feministas de escolas e universidades em 2018. Aquele outubro de 2019 não foi um espasmo esporádico, e sim fruto da unidade de movimentos que contavam com importante organicidade e significativo poder convocatório. Não por casualidade, logo foram construídos *cabildos*

⁴ Outros mapas de votação no plebiscito podem ser encontrados na página de Maparaucanía no Instagram: <<https://www.instagram.com/maparaucania/?hl=es>>.

⁵ AFP = Associação dos Fundos de Pensão, fundos privados de capitalização que constituem o modelo radical de previdência privada imposta no Chile em 1980, idealizado por José Piñera, irmão do atual presidente Sebastián Piñera.

e assembleias territoriais, além da *Mesa de Unidad Social*, que com muita dificuldade enfrentou o desafio de prover uma direção unitária a tantos diferentes movimentos e organizações.

Como riachos que correm na direção de um mesmo caudaloso rio, as diversas lutas sociais (estudantil, feminista, ambiental, operária, LGBT, mapuche etc) confluíram para a proposta – agora realizável, graças ao *estallido* – de uma Carta Constitucional escrita do zero (coisa que a direita naturalmente se opõe, propondo manter supostos “pontos positivos” da Carta de Pinochet).

Quando milhares de pessoas passaram a lotar quase que diariamente a Praça Itália, rebatizada *Plaza Dignidad*, a primeira reação do governo de Sebastián Piñera (*Chile Vamos*) foi uma verdadeira declaração de guerra, culpando “terroristas” pela “deprecação e violência” de patrimônio público e privado. Segundo reportagem de capa de um importante periódico da mídia empresarial chilena, os incêndios no metrô de Santiago teriam sido forjados por “agentes cubanos e venezuelanos”⁶, na mesma toada da primeira dama Cecília Morel, que classificou os marchantes como “alienígenas”. A caricatura durou pouco.

A mídia empresarial passou rapidamente de uma condenação das “Jornadas de Violência” para a conhecida narrativa “pacíficos” *versus* “vândalos”. Esse discurso “colou” apenas até certo ponto, porque para não poucos, era evidente que, sem aquelas ações diretas, por maiores que fossem as marchas, não teria havido possibilidade real de mudanças significativas. Os toques de recolher e os tanques militares reprimindo brutalmente nas ruas de Santiago convocaram a memória dos piores anos da história contemporânea, reavivando um doído ódio popular contra os ricos e contra o Estado, estampando em Piñera a cara de Pinochet.

Segundo dados do *Instituto de Derechos Humanos de Chile* (INDH), mais de 11.300 pessoas foram detidas, 2.500 presas (Trejo, 2020), das quais cerca de 1500 permanecem presas (algumas delas ativistas conhecidos que foram sequestrados em suas próprias casas). O Instituto acolheu denúncias de tortura, inclusive sexual. Ainda segundo o INDH, entre outubro de 2019 e março de 2020, 34 pessoas foram mortas como produto da repressão policial, incêndios, e também assassinatos cometidos por militantes de extrema-direita, a tiros e atropelamentos. Além de pelo menos 3583 feridos, sendo 359 de graves traumas oculares causados pela tática israelense de guerra utilizada

⁶ “Policía identifica a uno de los autores de incendios em estaciones de Metro”. *La Tercera*, 28 de outubro de 2019, disponível em: <<https://www.latercera.com/nacional/noticia/policia-identifica-uno-los-autores-incendios-estaciones-metro/880381/>>. Acessado em 19 de novembro de 2020. Posteriormente o próprio jornal foi obrigado a fazer uma retratação.

pelos *Carabineros* chilenos, a de atirar balas “de borracha” diretamente nos olhos (as aspas se devem ao fato de que posteriormente se descobriu que eram compostas mais por chumbo que por borracha).

Esse foi o custo humano para que o Estado mudasse de abordagem, passando a clamar por um “novo pacto social” por cima dos cadáveres e com garantida impunidade dos agentes do Estado que perpetraram tal chocante violência aos olhos de todo o mundo. Todos “casos isolados”. A imprensa não colaboracionista foi severamente restringida.

Assim podemos compreender porque, ao contrário dos “black blocs” no Brasil de junho de 2013, e à parte todas as reservas possíveis a essa comparação, a *Primera Línea* ganhou enorme prestígio e reconhecimento social: para qualquer pessoa que comparecesse às marchas era possível testemunhar que os corajosos jovens (e até idosos!) que compunham a *Primera Línea* literalmente salvaram vidas. Tornou-se socialmente legitimada a necessidade da auto-defesa contra um Exército e uma polícia assassinos do povo o qual, na falácia institucional burguesa, deveriam defender.

O que definitivamente não se esperava, nem mesmo pelos mais voluntaristas, era que o processo de politização da sociedade fosse avançar tão rápido: até mesmo taxistas, pequenos empresários e trabalhadores de categorias tradicionalmente contrárias a mudanças no *status quo* – de algum modo mesclada, porém não subsumida, à considerável influência da já mencionada ideologia anti-política/anti-partidos – passaram a ter alguma consciência de que o tão pro-palado “oásis” latino-americano não passava de uma farsa repetida muitas vezes.

O Plebiscito e a desesperada busca pela restauração da ordem

A primeira tentativa de acordo anunciada por Piñera em meados de novembro de 2019 foi rechaçada por todos os partidos da esquerda, como o *Partido Comunista de Chile (PCCh)*, mais todos os partidos que compõem o *Frente Amplio (FA)*, como o *Partido Igualdad*, o *PRO*, o *Partido Humanista* e o *Comunes*, dentre outros, que emitiram uma declaração conjunta a favor de uma Assembleia Constituinte. A isso se seguiu uma retomada das negociações entre os partidos da ordem (com certo recuo dos oficialistas), das quais passaram a participar partidos da esquerda, com a exceção do Partido Comunista e da maioria dos componentes do *Frente Amplio*, os quais decidiram retirar-se daquelas negociações, vistas como espúrias pelos movimentos sociais mais combativos – principalmente pelo fato de que sequer estava aventada a possibilidade de uma Assembleia Constituinte, e muito

menos, como reivindicava o movimento social, uma com paridade de gênero, vagas reservadas para os povos originários e facilitação da participação de independentes⁷.

Para este espectro sócio-político, estava claro que tratava-se de uma tentativa de capturar e sufocar a revolta, levando a cabo, no máximo, mais alguma reforma constitucional decorativa. O chamado “Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição” foi finalmente anunciado na madrugada do dia 15 de novembro, abrindo caminho para a consolidação do Plebiscito nacional. Desde então, Piñera e a direita liberal aperfeiçoam chantagens e manobras para lograr alguma estabilidade social que permita que o governo pelo menos termine seu mandato, buscando a restauração da ordem com algum grau de consenso – obviamente sem o alívio da coerção aumentada, aliás, nas semanas anteriores à realização do Plebiscito.

A pandemia do novo coronavírus, que atinge o Chile a partir de março de 2020, abre um cenário propício, por um lado, para maior militarização, a pretexto de quarentena (principalmente em regiões como a Araucanía, ao sul, onde estalaram ocupações de terra encabeçadas pelo povo mapuche); e por outro lado, também aumentou o terreno da revolta social, na medida em que o governo não promoveu políticas consequentes para a garantia do isolamento social, como uma renda mínima para os trabalhadores durante o período de pandemia. Não casualmente, o ministro de saúde, Jaime Mañalich, foi demitido logo após declarar publicamente que não tinha conhecimento de como viviam os habitantes dos bairros pobres (lembrando muito certo general brasileiro que declarou desconhecer o SUS). A ação do governo Piñera diante da pandemia, de maneira congruente com sua ideologia neoliberal, calcou-se essencialmente na volta do toque de recolher, dos militares nas ruas, relegando a prevenção à Covid-19 aos indivíduos e famílias, no melhor estilo darwinista social.

Lá como cá, o governo procurou “aproveitar” a oportunidade da pandemia e da própria crise do capital para “passar a boiada”: foram aprovadas diversas medidas para salvar os grandes grupos econômicos às expensas de trabalhadores já desprovidos de direitos, atingindo especialmente os mais precarizados – lá como cá esmagadora maioria na classe trabalhadora. Em um de seus vários gestos de provocação explícita, somente explicável pela necessidade do apoio do não desprezível setor político neopinochetista, Piñera nomeia, em maio de 2020, uma sobrinha-neta de Augusto Pinochet, vociferante cruzadista anti-“ideologia de gênero” para a pasta da Educação.

⁷ As divergências dentro do Frente Amplio (FA) relacionadas ao acordo levou à saída dos partidos Ecologista verde, Humanista e Igualdad, bem como de importantes quadros da Convergência Social, dado o papel central que o deputado Gabriel Boric (FA) teve nas negociações do acordo, tendo assinado o mesmo sem a concordância de sua própria organização.

Entre o medo do vírus e da fome, sob um péssimo manejo no controle da pandemia e da crise econômica, não demorou para que uma revolta despontasse na comuna de *El Bosque*, na periferia de Santiago. Simultaneamente, iniciativas de solidariedade ativa, como as *ollas comunes*, ressurgiram sob a histórica divisa “Solo el pueblo ayuda el pueblo”: auto-confiança que se investe em luta.

Foi apenas sob forte pressão popular que arrancou-se uma Convenção Constitucional com paridade de gênero, a primeira na história mundial. No próximo período, é bastante provável que, mantido o atual grau de mobilização social, seja também aprovado o direito às vagas *convencionales* (constituintes) reservadas para os povos originários (cerca de 12 em todo o país). Assim também pode vir a ser com a questão dos independentes, os quais, pelas regras atuais, ficarão totalmente a reboque dos partidos (Jara, 2020). O grande problema é que as normas gerais da Convenção Constitucional estão sendo debatidas e votadas pelo atual Parlamento, majoritariamente de direita, que se vê obrigado a fazer concessões somente e na exata medida em que ainda paira no horizonte a possibilidade de uma nova e possivelmente maior ebulição social.

Por fim, é digno de nota que na campanha pelo *Apruebo*/Convenção Constitucional, toda a esquerda se uniu, enquanto a direita se dividiu de maneira desastrosa: até mesmo no Gabinete ministerial de Piñera, metade defendeu o *Apruebo* e outra metade defendeu o *Rechazo*. O principal presidenciável da direita (neo)liberal, Joaquín Lavín, partícipe da ditadura pinochetista e atual prefeito da comuna de *Las Condes*, converteu-se subitamente em “social-democrata” – paradoxalmente, contrariando o voto majoritário de seus próprios governados, como vimos. Entretanto, o nome mais citado nas pesquisas espontâneas para a próxima eleição presidencial, a ser realizada em novembro de 2021, é o do comunista Daniel Jadue, destacado tanto por suas posições políticas ao longo do estalido quanto por sua gestão como prefeito de Recoleta, bairro de classe média baixa de Santiago. Somente a UDI (partido fundado por Jaime Guzmán, que compõe, juntamente com o partido *Renovación Nacional*, a coalizão presidencial *Chile Vamos*) votou 100% pelo *Rechazo* – além, é claro, da extrema-direita, cujo mais conhecido expoente é o grande admirador de Jair Bolsonaro, José Antonio Kast⁸.

Cabe mencionar ainda a desconfiança dos mesmos movimentos populares com relação aos partidos, seja pelo legítimo descontentamento com a esquerda institucional (a qual, uma vez no poder, garantiu a continuidade do

⁸ Muito embora não seja desprezível o crescimento da extrema-direita, não tanto em termos de popularidade, mas certamente em radicalidade: em fevereiro de 2020, Jadue sofre uma tentativa de homicídio por parte de um grupo terrorista fascista intitulado “Movimiento Social Patriótico”; em agosto, uma marcha pacífica de mulheres pelo *apruebo*, com crianças e idosos, foi dispersada a balas por outro grupo com as mesmas características; sem contar o renascimento do grupo *Patria y Libertad*, responsável, em 1970, pelo assassinato do general legalista René Schneider.

neoliberalismo), seja pela também legítima concepção horizontalista de organização política imbuída na maioria dos movimentos sociais mais atuantes – a qual, infelizmente, por vezes se confunde com o sentimento anti-política/anti-partido (que como bem sabemos no Brasil, pode ser muito bem capitalizado pela extrema-direita).

Considerações finais

O que podemos esperar da nova Constituição chilena? O país berço do neoliberalismo será seu túmulo? É impossível responder essas questões nestas poucas linhas e no calor dos acontecimentos. Entretanto, podemos afirmar que, majoritariamente, é esperada uma Carta que preveja direitos sociais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público – portanto, desprivatizações, em especial da água; o fim do sistema AFP ou pelo menos mudanças radicais na Previdência; direitos para as mulheres, LGBTs e povos originários, em suma: alguma espécie de Estado de bem estar social do século XXI. Ao que tudo indica no momento, nada menos do que isso poderá acalmar o descontentamento popular tornado consciente e manifestado nas urnas. Em abril de 2021, acontecerão as eleições dos *convencionales*, e o Plebiscito de saída está previsto para 2022 – portanto, provavelmente já sob um novo governo. A partir de então, caso o desejo se torne realidade, a luta será para que os direitos eventualmente previstos em lei sejam efetivamente implementados.

Referências

- CASTIGLIONI, Rossana. “¿El ocaso del ‘modelo chileno’?” Nueva Sociedad, n. 284, 2019. disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/el-ocaso-del-modelo-chileno/>>. Acessado em 15 de novembro de 2020.
- GREZ, Sergio & FORO POR LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE. Asamblea Constituyente: la alternativa democrática para Chile. Santiago: Editorial América em Movimiento, Santiago, 2015.
- GREZ, Sergio. “La ausencia de un poder consituyente democrático em la historia de Chile”. Revista Izquierdas, n. 5, 2009, pp. 1-21. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/123041/Grez_Toso_Sergio_Ausencia_de_un_poder.pdf?sequence=1>.
- JARA, Carlos. “Candidaturas independientes: las reglas que hacen que aliarse con un partido permita salir más fácil electo”. El Desconcierto, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2020/10/27/candidaturas-ndependientes-las-reglas-que-hacen-que-aliarse-con-un-partido-permita-salir-mas-facil-electo.html>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

LEMAITRE, Fernando Atria. *La Constitución tramposa*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

RAMÍREZ, Simón. “Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal”. *Derecho y Crítica Social*, v. 5, n. 1-2, 2020, pp. 82-121. Disponível em: <<https://derechocriticasocial.files.wordpress.com/2020/04/3.pdf>>. Acessado em 11 de novembro de 2020.

TREJO, Carolina. “Los 2.500 presos de la revuelta em Chile de los que no se hablan”. *Interferencia*, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://interferencia.cl/articulos/los-2500-presos-de-la-revuelta-en-chile-de-los-que-no-se-hablan>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

Recebido em 4 de dezembro de 2020

Aprovado em 6 de dezembro de 2021